

# Jornal Oficial



## Município de São José do Bonfim-PB

Criado pela Lei Municipal n.º 95/90

Quarta-feira, 20 de novembro de 2024

De 11 de outubro de 1990

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### Leis

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM  
CNPJ 08.882.862/0001-05

Lei n.º 712/2024

Dispõe sobre as modificações dos Anexos I e II, da LDO para o Exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar os Anexos da LDO para o Exercício de 2025, cujo procedimento representa mera compensação de recursos (criação, anulação e alteração) nas despesas de capital com perfeita adequação com a LOA – Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o PPA.

**Art. 2º** - As modificações necessárias da classificação institucional funcional programática e dos elementos de despesas, constam no anexo I e II apenas a este Projeto de Lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Bonfim/PB, em 19 de novembro de 2024.

ESAÚ RAUEL ARAUJO DA SILVA NÓBREGA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM  
CNPJ 08.882.862/0001-05

Lei n.º 713/2024

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Esta Lei estima a Receita do Município de São José do Bonfim para o exercício financeiro de 2025 no montante de R\$ 39.923.976,00 (Trinta e Nove Milhões, Novecentos e Vinte e Três Mil, Novecentos e Setenta e Seis Reais), e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5o, da Constituição e será discriminado pelos anexos integrantes desta Lei.

**Art. 2º** - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Contribuições, Transferências, Operações de Crédito e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com a seguinte discriminação:

#### I - Receitas do Tesouro

RECEITA BRUTA	44.333.576,00
Receitas Correntes	41.047.676,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.248.100,00
Contribuições	121.100,00
Receita Patrimonial	379.500,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00

Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	39.270.576,00
Outras Receitas Correntes	28.400,00
Receitas de Capital	3.285.900,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	74.700,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	3.211.200,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
Contribuições - Intra OFSS	0,00
Receita Patrimonial - Intra OFSS	0,00
Receita Agropecuária - Intra OFSS	0,00
Receita Industrial - Intra OFSS	0,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	0,00
Transferências Correntes - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
Operações de Crédito - Intra OFSS	0,00
Alienação de Bens - Intra OFSS	0,00
Amortização de Empréstimos - Intra OFSS	0,00
Transferências de Capital - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>(4.409.600,00)</b>
Dedução do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	(3.798.000,00)
Dedução do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	(200,00)
Dedução do ICMS - Principal	(584.000,00)
Dedução do IPVA - Principal	(27.000,00)
Dedução do IPI - Municípios - Principal	(400,00)
<b>TOTAL</b>	<b>39.923.976,00</b>

#### II - Receitas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta

RECEITA BRUTA	0,00
Receitas Correntes	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00
Receitas de Capital	0,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
Contribuições - Intra OFSS	0,00
Receita Patrimonial - Intra OFSS	0,00
Receita Agropecuária - Intra OFSS	0,00
Receita Industrial - Intra OFSS	0,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	0,00
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>0,00</b>
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Transferências Correntes - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
Operações de Crédito - Intra OFSS	0,00
Alienação de Bens - Intra OFSS	0,00
Amortização de Empréstimos - Intra OFSS	0,00
Transferências de Capital - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

<b>Total Geral da Receita -----&gt;</b>	<b>39.923.976,00</b>
---	----------------------

**Art. 3º** - A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do Município, com a manutenção dos Serviços Públicos, Transferências e Despesas de Capital, nas especificações dos Programas, Projetos e Atividades, dimensionada nos anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

Despesa por Unidade Orçamentária  
I - Despesas do Tesouro

Código	Descrição	Valor	%
0101	CAMARA MUNICIPAL	1.879.410	4,71%
0201	GABINETE DO PREFEITO	1.012.000	2,53%
02011	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICIPIO	122.000	0,31%
02012	SECRETARIA DE ESPORTE LASER E JUVENTUDE	437.700	1,10%
02013	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	1.069.800	2,68%
02014	FUNDO MUNICIPAL DA JUVENTUDE	20.400	0,05%
02015	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES	112.700	0,28%
02016	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	147.900	0,37%
0202	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANO	965.300	2,42%
0203	SECRETARIA DE FINANÇAS E SERVIÇOS DE TESOUREARIA	2.015.477	5,05%
0204	SECRETARIA DA SAUDE	5.011.103	12,55%
02041	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.301.032	13,28%
0205	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.470.300	6,19%
02051	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.200.513	3,01%
02052	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	58.400	0,15%
02053	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	18.300	0,05%
02054	FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	74.100	0,19%
0206	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12.059.941	30,21%
02061	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	79.900	0,20%
0207	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS	4.666.300	11,69%
0208	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, RECURSOS HIDRICOS E	962.600	2,41%
0209	RESERVA DE CONTINGENCIA	238.800	0,60%
<b>Total -----&gt;</b>	<b>39.923.976</b>	<b>100,00%</b>	

Despesa por Categoria Econômica  
I - Despesas do Tesouro

DESPESAS CORRENTES	20.417.028,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.901.275,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.400,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.504.353,00

DESPESAS DE CAPITAL	4.999.900,00
INVESTIMENTOS	4.746.300,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.600,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	238.800,00
Reserva Previdenciaria	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	238.800,00
<b>Total -----&gt;</b>	<b>39.923.976,00</b>

<b>Total Geral da Despesa -----&gt;</b>	<b>39.923.976,00</b>
---	----------------------

**Art. 4º** - O Poder Executivo mediante Decreto, promoverá a disciplina de execução e distribuição das dotações consignadas a cada Órgão no interesse da Administração, poderá designar Órgãos Centrais para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias nos termos do Art. 66º, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 5º** - A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficientes, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias, para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos.

**Parágrafo Único** - Até 30 dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º da Lei nº 101/2000, o Poder Executivo estabelecerá o Cronograma Mensal de Desemboço (CMD) e as Metas Bimestrais de Arrecadação (MBA).

**Art. 6º** - Para a execução do Orçamento de que trata a Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Fica o Poder Executivo, respeitando as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 50% (Cinquenta Porcento), dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) Reforçar dotações, utilizando como fonte de recursos compensatórios, a reserva de contingência; observando o disposto no Art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no parágrafo I, do Art. 43º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares, mediante Decreto, com recursos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2022, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, bem como por excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 até o limite do excesso verificado no exercício;

**§ 2º** Os créditos suplementares abertos com recursos do Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação, não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no inciso I, do caput, deste artigo, restando desta excluídos;

**§ 3º** Excluem-se também do limite estabelecido, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Legislativo e Executivo, realocar com alterações ou inclusões de elementos de despesa em dotações insuficientes, consideradas como ajuste orçamentários; dentro da mesma ação orçamentária, da mesma categoria econômica, de um mesmo grupo de despesa, da mesma modalidade de aplicação e da mesma fonte de recurso;

**§ 4º** - O limite fixado no Inciso I, deste Artigo, poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo.

II. Aprovar o Quadro de Detalhamento da Despesa das Entidades da Administração Indireta para o Exercício de 2025, podendo abrir Créditos Suplementares até o limite previsto no Inciso I, deste Artigo.

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo, autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita total estimadas para o exercício de 2025, observadas as condições estabelecidas no Art 38, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor no ano de 2025, a partir de 1.º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

São José do Bonfim/PB, em 19 de novembro de 2024.

ESAÚ RAUEL ARAUJO DA SILVA NÓBREGA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM  
CNPJ 08.882.862/0001-05

Lei nº 714/2024.

**DISPÕE SOBRE AS MODIFICAÇÕES DE PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, PARA O PERÍODO 2022/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1.º** - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar o Plano Plurianual relativo ao período de 2022/2025, cujo procedimento administrativo não acarretam aumento de despesas no orçamento dos exercícios vindouros por representar mera compensação de recursos (criação, anulação e alteração), com perfeita adequação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e compatibilidade com o PPA e a LOA.

**Art. 2.º** - As modificações necessárias dos Programas e Ações Governamentais, constam no relatório anexado a esta Lei.

**Art. 3.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Bonfim/PB, em 19 de novembro de 2024.

ESAÚ RAUEL ARAUJO DA SILVA NÓBREGA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM  
CNPJ 08.882.862/0001-05

LEI Nº 715/2024, SÃO JOSÉ DO BONFIM (PB), 19 DE NOVEMBRO DE 2024.

**DISPÕE SOBRE AS CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E AS TERCEIRIZAÇÕES, CONFORME PREVISTAS NAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS 04 E 05 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM – PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei.

**CONSIDERANDO** os preceitos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelecem os requisitos para a contratação de terceiros para prestação de serviços, pessoas físicas ou jurídicas e, ainda, tendo em vista a inequívoca responsabilidade da administração, na correta execução de tais contratos, por meio de diligente, eficiente, oportuna, com eficaz planejamento quando da contratação, gestão e fiscalização dos contratos firmados pelo Poder Público Municipal;

**CONSIDERANDO** o que prevê a Lei Nacional nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que estabelece diretrizes sobre a segurança jurídica, eficiência na criação e na aplicação do direito público;

**CONSIDERANDO** a Resolução Normativa RN-TC 04/2024, dispondo sobre as contratações por tempo determinado, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público e as terceirizações realizadas pelos jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e Resolução Normativa RN-TC Nº 05/2024, alterando dispositivos da Resolução Normativa RN-TC 04/2024.

**CONSIDERANDO** o princípio da legalidade previsto expressamente no artigo 37 da Constituição Federal, sendo aplicável às administrações públicas direta de todos os Poderes e todas as esferas de governo, onde a mesma deve se limitar aos ditames da lei, dependendo de prévia edição legal.

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1.º** Esta Lei estabelece critérios a serem observados quando das contratações de servidores por necessidades temporárias de excepcional interesse público, bem como, de contratações realizadas pelo Município de São José do Bonfim, com pessoa jurídica de direito privado, na execução de serviço público municipal.

**CAPÍTULO II  
DAS CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO (ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**

**Art. 2.º** A fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar admissão de pessoal por tempo determinado, mediante contrato Administrativo padronizado, do qual constarão os direitos, deveres e obrigações das partes envolvidas.

**Art. 3.º** A contratação por tempo determinado, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, deve observar:

- I - casos excepcionais previstos em lei específica do ente, sendo vedado o estabelecimento de situações genéricas;
- II - contratação com prazo predeterminado, observado o limite descrito na legislação local;
- III - temporalidade da necessidade, previamente justificada pelo gestor competente em procedimento administrativo próprio;
- IV - excepcionalidade do interesse público;
- V - contratação indispensável à continuidade de serviços públicos essenciais, com a demonstração da real e imediata carência de pessoal a ser solucionada.

**§ 1º** A vinculação contratual extingue-se, automaticamente, pelo decorrer do prazo lançado no contrato respectivo, sem quaisquer outras formalidades.

**§ 2º** O pessoal admitido nas condições deste artigo é contribuinte obrigatório do Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

**Art. 4.º** É vedada a contratação temporária, para os serviços ordinários permanentes da Administração, que correspondam às contingências normais do serviço público.

**Art. 5.º** O recrutamento de pessoal a ser contratado deverá ser feito mediante processo seletivo, sujeito à ampla divulgação, inclusive por meio dos respectivos portais de transparência e da imprensa oficial, observando-se o art. 3º da Resolução Normativa RN-TC nº 06/2019 do TCE/PB.

**Art. 6.º** Consideram-se, como excepcional interesse público as contratações que visem:

- I – O suprimento de servidor do quadro (a) efetivo (a) do Município, quando estiver de licença-maternidade, licença médica ou férias, por igual período da licença ou das férias, sem que exista substituto imediato no quadro funcional da Prefeitura, para ocupar o lugar do servidor (a) afastado (a), na respectiva função;
- II - O suprimento de servidor do quadro (a) efetivo (a) do Município, quando estiver de licença, por motivo de doença em pessoa da família, por igual período da licença, sem que exista substituto imediato no quadro funcional da Prefeitura, para ocupar o lugar do servidor (a) afastado (a), na respectiva função;
- III - O suprimento de servidor do quadro (a) efetivo (a) do Município, quando estiver de licença para trato de interesse particular, por igual período da licença, sem que exista substituto imediato no quadro funcional da Prefeitura, para substituir o servidor (a) afastado (a), na respectiva função;
- IV - O suprimento de servidor (a) do quadro efetivo (a), do quadro funcional do Município, quando o funcionário estiver de licença-prêmio (caráter especial), por igual período da licença, sem que exista substituto imediato no quadro funcional da Prefeitura, para ocupar o lugar do servidor (a) afastado (a), na respectiva função;
- V - O suprimento de servidor (a) do quadro efetivo (a) do Município, quando estiver de licença para cumprimento de mandato político, mandato sindical, participando de pós-graduação, curso de formação ou aperfeiçoamento profissional, por igual período da licença, sem que exista substituto imediato no quadro funcional da Prefeitura, para ocupar o lugar do servidor (a) afastado (a), na respectiva função;
- VI - O suprimento de servidor (a) do quadro efetivo (a) do Município, quando este tiver sido exonerado, pedido demissão, se aposentado ou falecido, sem que exista substituto imediato no quadro funcional da Prefeitura, enquanto se realiza o preenchimento da vaga por concurso público em prazo não superior a 12 (doze) meses;
- VII - O suprimento de pessoal, para atender demandas funcionais temporárias, referente a Programas mantidos com o Governo Federal, Governo Estadual, com prazo certo para iniciar e terminar, sem previsão de renovação automática, previsto no próprio Programa ou Termo de Adesão, sem que implique em necessidade de preenchimento de servidor (a) do quadro efetivo, desde que não superior a 12 (doze) meses;
- VIII - O suprimento de pessoal, para atender demandas funcionais temporárias, referente ao início de Programas mantidos com o Governo Federal, Governo Estadual, com prazo indeterminado, para iniciar e terminar, com previsão de renovação automática, previsto no próprio Programa ou Termo de Adesão, sem que implique em necessidade de preenchimento de servidor (a) do quadro efetivo, desde que a contratação não seja superior a 12 (doze) meses, enquanto se realiza concurso público;
- IX – contratação temporária para suprimento de cuidador (a) educacional, para acompanhamento de crianças portadoras de necessidades especiais, mediante laudo de profissional competente, pelo prazo de até 12 (doze) meses, visto que a demanda se torna variável, de um ano letivo para outro, sendo necessário o Município manter concursado (a), de pelo menos 08 (oito) cuidadores, para ediliidade de padrão 0.8 ou maior (FPM), e, 06 (seis) cuidadores para município de padrão 0.6 (FPM), e os demais contratados e treinados pelo período de 12 meses, caso haja demanda;
- X – suprimento de pessoal, mediante contratação temporária, para oficineiro (a) do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, em razão das variações das oficinas de um semestre/ano para outro, devendo os contratos serem realizados por seis meses ou um ano, conforme programação da oficina a ser realizada;
- XI – suprimento de pessoal, enquanto se realiza novo concurso público, homologa seu resultado, bem como, executa o chamamento e posse dos novos concursados, conforme plano de ação de redução de contratados, cujo prazo não deve ser superior a 12 (doze) meses.

**Art. 7º.** As admissões de que trata este artigo serão feitas por Certame Seletivo, conforme previsto no art. 6º, incisos desta Lei, ocorrerão de até 12 (doze) meses, enquanto se realiza concurso público ou atende às demais necessidades de contratações.

**Art. 8º.** A admissão será efetivada por ato do Chefe do Poder Executivo, devidamente justificada e respeitando os limites com gastos de pessoal, conforme imposição da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não podendo ultrapassar a soma das contratações, no percentual de 30% dos servidores efetivos, salvo, durante os próximos 12 (doze) meses, período em que o município executará o Plano de Redução de Contratações Temporárias.

**Art. 9º.** O contrato firmado deve conter, no mínimo:

- I - nome dos contratantes;
- II - qualificação das partes;
- III - função a ser desempenhada pelo contratado;
- IV - motivo da contratação;
- V - prazo da contratação;
- VI - direitos e deveres do contratado;
- VII - carga horária;
- VIII - valor mensal da contratação, obedecendo sempre ao piso nacional salarial da categoria do contratado (a);
- IX - local da prestação de serviços.

**Parágrafo único.** Os atos de contratação deverão ser publicados, sob forma de resenha, no Diário Oficial do Município, e deles será dado o conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público da Comarca atuante na pasta da Curadoria do Ministério Público Estadual.

**Art. 10.** As despesas relativas às contratações por tempo determinado, para atendimento das necessidades temporárias por excepcional interesse público devem ser adequadamente classificadas no Elemento de Despesa "04 – Contratação por Tempo Determinado.

**Art. 11.** As leis locais destinadas a regular as contratações temporárias devem estabelecer percentual de contratados de até 30% do quantitativo de servidores efetivos, de modo a garantir o caráter excepcional desta forma de ingresso ao serviço público.

**Parágrafo único.** O Município, a fim de se resguardar quando do Processo de Acompanhamento ou quando da entrega da Prestação de Contas Anuais, poderá apresentar Plano de Redução de Contratações Resolução Normativa RN-TC Nº 05/24 perante o Tribunal de Contas, conforme previsões descritas nas Resoluções 04 e 05 do TCE/PB.

**Art. 12.** Fica estabelecido nesta Lei, que as contratações temporárias realizadas pelo Município de São José do Bonfim devem estabelecer percentual de contratados de até 30% do quantitativo de servidores efetivos, de modo a garantir o caráter excepcional desta forma de ingresso ao serviço público.

**Art. 13.** Para a contratação, além de aprovação em Certame Seletivo, que poderá acontecer mediante seleção de currículo e entrevista pessoal, somente poderá ser feita com a existência de recursos orçamentários, serão exigidos os seguintes documentos comprobatórios, de:

- I - nacionalidade brasileira;
- II - ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar em gozo com os direitos políticos;
- IV - estar em dia com as obrigações militares, se masculino;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde;
- VII - apresentar títulos específicos que o habilite ao desempenho da função, quando a mesma for técnica ou exercida por profissional que seja necessário um determinado grau de escolaridade ou habilitação.

**Art. 14.** É vedado o desvio de função de pessoa contratada, nas condições desta Lei, sob pena de nulidade do ato, com consequente responsabilidade da autoridade que permitir ou autorizar tal distorção funcional.

**Art. 15.** O contratado (a) fará jus:

- I - ao estipêndio fixado no respectivo contrato, reajustado periodicamente, no mesmo período e nos mesmos índices gerais conferidos aos servidores do quadro de pessoal do Município;
- II - salário-família, conforme previsão legal;
- III - diárias, como prevê a Legislação Municipal;
- IV - licença gestante (licença maternidade), sendo a concessão pelo prazo e meses que houver a compensação dos valores pelo INSS em favor da Prefeitura;
- V - licença para tratamento de saúde, não podendo a concessão ir além do prazo de duração previsto no contrato firmado entre as partes;

**Parágrafo único** - A fim de atender aos encargos previstos no parágrafo anterior, o Município recolherá e repassará ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, as contribuições devidas em favor do contratado, em conformidade com a legislação vigente e referente ao caso.

**Art. 16.** A dispensa do contratado (a) ocorrerá:

- I - a pedido;
- II - a critério da Administração, quando o admitido não corresponder ou desempenhar insatisfatoriamente as atribuições que lhe forem confiadas;
- III - independentemente de Notificação, no fim do prazo estipulado dos 12 (doze) meses da prestação do serviço ou se antes disto, tiver sido realizado concurso público e nomeados os concursados que comporão o quadro efetivo do município;

IV – encerramento do Programa Federal/Estadual, por prazo determinado.

**Art. 17.** Será aplicada a pena de dispensa, com consequente rescisão unilateral do contrato, quando o contratado (a):

- I - incorrer em responsabilidade civil ou administrativa;
- II - ausentar-se, injustificadamente, do serviço;
- III - faltar ao serviço, sem justa causa;
- IV - faltar com respeito aos seus superiores hierárquicos e colegas de trabalho;
- V - praticar a usura em qualquer de suas formas;
- VI - receber comissões ou vantagens de qualquer espécie em razão da função para qual foi contratada;
- VII - empregar material, bem ou equipamento, sob sua responsabilidade, em atividade diversa da que foi autorizada a praticar.

**Art. 18.** A rescisão do contrato ou ato de dispensa a que se referem os artigos 14 e 15 compete ao Chefe do Poder Executivo.

**Art. 19.** É vedado ao pessoal contratado (a), nos termos desta Lei, sob pena de imediata rescisão do contrato, ser nomeado (a) ou designado (a), ainda que a título precário ou substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança.

**Art. 20.** Os contratados (as), na forma desta lei, terão o tempo de serviço prestado, anotado para todos os efeitos previstos na Legislação.

### CAPÍTULO III DA TERCEIRIZAÇÃO

**Art. 21.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por terceirização a contratação de serviços, para atender as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos, que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade contratante.

**Art. 22.** Todas as contratações definidas no artigo anterior, deverão observar o disposto na Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 23.** As informações relativas às contratações por terceirização, com pessoas jurídicas, deverão ser disponibilizadas pela Administração Pública, em local específico do site oficial, mantidas de forma atualizada, sem prejuízo de outros dados indispensáveis à efetividade do Controle Externo e do Controle Social, contendo, no mínimo:

- I - tipo de empresa;
- II - razão social;
- III - CNPJ;
- IV - atividade a ser exercida;
- V - valor mensal;
- VI - data de início e fim do contrato, incluindo eventuais aditivos.

**Parágrafo único.** Para cada pessoa física que irá realizar o objeto do contrato, deverá ser identificado:

- I - nome e CPF;
- II - o serviço prestado;
- III - data de início e término da prestação de serviço;
- IV - a carga horária atinente ao serviço desempenhado;
- V - o valor mensal a ser pago e a respectiva jornada diária e semanal;
- VI - o local onde o serviço será realizado.

**Art. 24.** As despesas relativas às contratações por terceirização devem ser adequadamente classificadas nos Elementos de Despesa "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização", "36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", "37 - Locação de Mão-de-Obra" e "39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", especificando Tipo de Meta "6 - Pessoal".

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 25.** Nas contratações temporárias, para atendimento a excepcional interesse público e nas terceirizações, deverá ser evidenciada em procedimento administrativo interno, levando em consideração, a compatibilidade com a necessidade e a capacidade instalada do setor a ser atendido, com a quantidade do pessoal contratado, bem como outras obrigações legais pertinentes.

**Art. 26.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 27.** Revogam-se disposições em contrário, sendo mantido os dispositivos de Lei Municipal que trata sobre o mesmo assunto tratado nesta Lei, ou com esta incompatíveis.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM (PB), 19 DE NOVEMBRO DE 2024.

ESAU RAUEL ARAÚJO DA SILVA NÓBREGA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

**Prefeitura Municipal de São José do Bonfim-PB**

Rua José Ferreira, 5 - Centro - CEP: 58.725-000

São José do Bonfim - Paraíba

Site: saojosedobonfim.pb.gov.br - Email: prefeitura@saojosedobonfim.pb.gov.br